

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.463.495 - PR (2019/0069491-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : **MARCOS ANTONIO MADUREIRA DA SILVA**  
**ADVOGADOS** : **MARCIO ZUBA DE OLIVA E OUTRO(S) - PR048650**  
LUANA ESTEVES FREITAS - PR073612  
CRISTIANE YUMI ONO - PR066601  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MARCOS ANTÔNIO MADUREIRA DA SILVA contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que inadmitiu o recurso especial por ele proposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Está contido nos autos que o recorrente foi condenado às sanções de 1 ano e 9 meses de reclusão, em regime semiaberto, e de 30 dias-multa por furto simples.

Inconformadas, as partes interpuseram apelação. O Tribunal de origem deu parcial provimento a ambos os recursos para **a)** reduzir a elevação da pena-base para a fração de 1/8 e **b)** para reconhecer a qualificadora do repouso noturno, fixando as reprimendas finais em 2 anos e 2 meses de reclusão e 33 dias-multa (e-STJ fls. 679 e 697).

Os embargos de declaração opostos pela defesa foram rejeitados por unanimidade de votos (e-STJ fls. 748/751).

A defesa interpôs, então, recurso especial pugnando pelo retorno da pena-base ao mínimo legal, pois as condenações pretéritas que deram ensejo à negatificação dos antecedentes estão acobertadas pelo manto depurador do art. 64, I, do Código Penal.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ fls. 789/794.

Inadmitido o apelo extremo, o recurso subiu a esta Corte por meio de agravo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (e-STJ fls. 854/858).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

O Juízo da condenação elevou a pena-base pela existência de condenações pretéritas, extintas pelo cumprimento da pena desde 1990 e 1991. É o que se vê destas transcrições (e-STJ fls. 495):

*b) o réu ostenta maus antecedentes, conforme se verifica pelo relatório extraído do sistema 'Oráculo' de mov. 105.3; esclareço que não estou considerando as condenações proferidas nos autos nº 66/1989, 55/1990 e 168/1994, com extinção da pena pelo cumprimento em 15.10.1997, 15.10.1997 e 04.02.1995, respectivamente, que serão consideradas na segunda fase da dosimetria, ante o disposto no artigo 64, inciso I, do Código Penal; **considero, porém, nesta fase, as condenações proferidas nos autos n. 162/1989 e 233/1990, ambas deste Juízo, com extinção da pena pelo cumprimento em 06.12.1990 e 12.06.1991, não havendo que se falar em 'bis in idem';** (Grifei).*

A Corte local manteve esse entendimento nestes termos (e-STJ fl. 678):

*Na fixação da pena-base, a respeitável sentença acertadamente considerou desfavorável ao condenado seus antecedentes criminais, tendo conta condenação com trânsito em julgado diversa daquelas posteriormente utilizadas para justificar a reincidência.*

Ao assim proceder, a Corte local contrariou o recente entendimento adotado nesta Corte, segundo o qual, "*quando os registros da folha de antecedentes do réu são muito antigos, como no presente caso, admite-se o afastamento de sua análise desfavorável, em aplicação à teoria do direito ao esquecimento. Não se pode tornar perpétua a valoração negativa dos antecedentes, nem perenizar o estigma de criminoso para fins de aplicação da reprimenda, pois a transitoriedade é consectário natural da ordem das coisas. Se o transcurso do tempo impede que condenações anteriores configurem reincidência, esse mesmo fundamento - o lapso temporal - deve ser sopesado na análise das condenações geradoras, em tese, de maus antecedentes*" (REsp n. 1707948/RJ, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 16/4/2018).

Por oportuno, ressalto que tal intelecção também foi legitimada em

recente julgamento do HC n. 162305/SP, pelo relator Ministro GILMAR MENDES (Dje de 1º/10/2018), afirmando que *"a possibilidade de sopesarem-se negativamente antecedentes criminais, sem qualquer limitação temporal, ad aeternum, em verdade, mostra-se pena de caráter perpétuo revestida de legalidade. Dessa forma, entendo que, decorridos mais de 5 anos desde a extinção da pena da condenação anterior (CP, art. 64, I), não é possível alargar a interpretação de modo a permitir o reconhecimento dos maus antecedentes."*

Dessa forma, a negação dos antecedentes deve ser decotada.

Ante o exposto, **conheço do agravo e dou provimento** ao recurso especial para decotar o sopesamento negativo dos antecedentes, devendo a Corte de origem redimensionar as penas impostas ao recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator